



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

Recomendação ao Governo de Portugal – Revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior em 2023

A Associação Académica de Coimbra, ciente da sua responsabilidade histórica e capacidade de se assumir como força-motriz do debate político em Portugal vem, desta forma, posicionar-se publicamente relativamente à resolução da Assembleia da República n.º 74/2022, de 31 de outubro e à recente notícia onde se expressa o “compromisso da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em desencadear, em 2023, a avaliação do RJES, nas suas diversas vertentes, numa discussão aberta e participada com o envolvimento das instituições de ensino superior, dos membros da comunidade académica, representantes da sociedade civil, associações de estudantes e sindicatos”.

Ao longo das últimas décadas várias foram as promessas eleitorais e governamentais cometidas pelos sucessivos Governos e, especificamente, pelos Ministérios que tutelaram a área do Ensino Superior, que não foram concretizadas. Cortes enraizados no sistema, passividade quanto à desorganização da rede e diminuição da presença estudantil nos órgãos de governação das Universidades são alguns dos aspetos que a Associação Académica de Coimbra considera como preocupantes e limitantes de um Ensino Superior verdadeiramente democrático e de qualidade.

A democracia trouxe consigo a esperança de um novo rumo para o Ensino Superior, onde a inclusão, inovação e participação fossem tópicos centrais. No entanto, surgiu em 2007 uma das leis mais limitadoras da autonomia e da governação universitária – o RJES - implementando uma visão mercantil do sistema do ES que coloca os e as estudantes como clientes e não como elementos ativos e preponderantes na definição da sua academia. Adicionalmente, conduziu à diminuição acentuada da representatividade estudantil nos órgãos de governo e de gestão das Universidades, bem como a impossibilidade de escolha dos tipos de órgãos governamentais segundo a configuração da própria universidade. Adiciona-se, ainda, a falta de autonomia



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

financeira das IES que conduz ao subfinanciamento das mesmas, o que coloca em risco a evolução da qualidade do ensino e da investigação.

Hoje, existem vários agentes educativos que clamam por alterações e desesperam por reorganizações há muito anunciadas. Contudo pouco foi efetivado pelos responsáveis políticos.

A Associação Académica de Coimbra crê que a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior carece de uma atenção especial. Não acreditamos que a Educação vigente num regime verdadeiramente democrático foi deixada de lado e consideramos que esta é o principal motor de desenvolvimento do ser humano e do país.

Tendo tudo isto em consideração, a Associação Académica de Coimbra vê com bastante agrado a disponibilidade do Governo em rever detalhadamente este documento e considera que estão reunidas todas as condições políticas para concretizar esta mudança estrutural do Ensino Superior através da avaliação e revisão do RJIES.

Assim sendo, a AAC manifesta, desde já, a sua disponibilidade e vontade para participar neste debate político e quer-se assumir como força catalisadora da mudança, propondo a criação de uma comissão de acompanhamento e monitorização dos processos de avaliação e revisão do RJIES, onde a Associação Académica de Coimbra e o movimento estudantil nacional estejam presentes.

Para iniciar o processo de debate, a AAC elaborou um conjunto de 18 propostas políticas, respeitando o contexto do presente, mas nunca esquecendo os acontecimentos do passado e que considera prioritárias para esta revisão.

Propostas:

1. Aplicação autónoma, por parte das IES, da configuração de órgãos de gestão e governação que melhor se adequem à sua realidade;
2. Manutenção do poder deliberativo do órgão de governação;
3. Os limites do número de elementos do órgão de governação devem ser mantidos entre um mínimo de 15 e um máximo de 35;



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

4. Alteração da composição do órgão de governação, devendo este ser paritário entre estudantes e docentes, sendo que este grupo nunca deve ser inferior a 75% do total do órgão, devendo ainda ser obrigatória a introdução de funcionários nele e a autonomia por parte das IES na inclusão, ou não, de entidades externas;
5. Presença obrigatória de um estudante e de um docente internacional no órgão de governação, no caso de a IES planear implementar uma estratégia de internacionalização;
6. Constituição do Senado com os Diretores das UO, estudantes de cada UO e dois funcionários da IES;
7. Autonomia das IES para convidar as Associações Académicas a estarem presentes nos órgãos de governação e de gestão;
8. Reconhecimento na lei da representação política das Associações Académicas;
9. Realização da eleição do Reitor pela constituição de uma assembleia eleitoral, em que os três corpos universitários estejam representados de forma proporcional;
10. Inclusão no Conselho de Gestão de um estudante proveniente do órgão de gestão da IES e do Administrador dos SAS;
11. Regulamentação clara do papel do Provedor do Estudante;
12. Impedimento de candidatura ao cargo de Provedor por estudantes;
13. As funções do Provedor deverão ser a apreciação de queixas pedagógicas e da área da ação social, a emissão de recomendações de melhorias e a concretização de propostas de resolução.
14. Descentralização da acumulação de poderes, impedindo a presidência dos Conselhos Pedagógicos e Científicos pelos Diretores das UO;
15. Colocação de estudantes nos Conselhos Diretivos das UO.
16. Atribuição de uma maior autonomia patrimonial às IES;
17. Exclusão de possibilidade de concessão dos SAS;
18. Eliminação do Regime Fundacional.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

Não obstante todas estas propostas, a AAC quer contribuir para a revisão do RJIES e reforça a sua disponibilidade para que esta mudança no Ensino Superior seja verdadeiramente concretizada e conduza a um Ensino Superior verdadeiramente justo, democrático, universal e de qualidade.

(João Caseiro)

Presidente da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra

